



Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano

Joviano Gabriel Maia Mayer
Graduado em Direito, mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais
mayerjoviano@gmail.com

RESUMO

Este texto resgata brevemente o pensamento de Anísio Teixeira em torno da "escola comum" para, em seguida, a partir de uma experiência concreta, refletir sobre como fazer da sala de aula um espaço de aprendizado colaborativo, contaminado pelas diretrizes que orientam principalmente a extensão universitária. Noutros termos, como fazer da sala de aula um espaço de construção pedagógica colaborativa, voltado à comunidade, por meio do método ativista cartográfico, à medida que favoreça o ensino e a pesquisa, dando materialidade ao preceito constitucional da "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". A reflexão parte da minha experiência no âmbito da disciplina "Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano" que foi, de certo modo, uma tentativa de ocupar a sala de aula com as lutas e as resistências territoriais da cidade, dando concretude ao lema da revolta secundarista "ocupa tudo".

Palavras-chave: Ensino. Escola comum. Ativismo. Cartografia.

ABSTRACT

The text brings briefly Anísio Teixeira's thought about the "common school" and then, based on a concrete experience, it makes a reflexion on how to make the classroom a space for collaborative pedagogical construction aimed at the community, using the cartographic activist method, to the same extent that it favors teaching and researching, giving materiality to the constitutional precept of "inseparability between teaching, research and practice (extension)". This reflection starts from my experience in the discipline "Cartographic activism, self-management and the urban common", which was, in a way, an attempt to occupy the classroom with the territorial struggles and resistances of the city giving concreteness to the motto of the high school student's revolt "occupy everything".

Keywords: Teaching. Common school. Activism. Cartography.



Figura 1 - Defesa da minha dissertação de mestrado, agosto de 2013
Foto: Shima.

A foto acima foi tirada no Espaço Comum Luiz Estrela¹, em agosto de 2015, durante minha defesa de Mestrado no âmbito do Programa em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU UFMG). A banca final, além de familiares e amigas(os), foi acompanhada por ativistas e lideranças populares ligadas aos territórios em que eu atuava na época, especialmen-

¹ Centro cultural autogestionado, localizado à rua Manaus, 348, bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte – MG. O Espaço Comum Luiz Estrela nasceu no dia 26 de outubro de 2013 a partir da ocupação – por artistas e ativistas – de um casarão público tombado que estava abandonado há duas décadas. O Espaço Comum Luiz Estrela promove e acolhe inúmeras atividades políticas, culturais e educativas, além de ser uma referência nacional em autogestão no campo do patrimônio histórico, tendo recebido, em 2017, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido por ocasião dos 80 anos do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN.

te da comunidade Dandara – ocupação urbana situada na periferia de Belo Horizonte que teve grande importância na minha trajetória. Naquela ocasião, lembro-me bem do seu Orlando, liderança negra da comunidade, reivindicar à banca de professoras(es) o direito de fala. Este direito foi acolhido e ampliado para outras pessoas queridas que também se manifestaram e trouxeram enorme contribuição para o debate.

Não é usual uma banca final de pós-graduação se abrir para manifestações do público. Com certeza, a espacialidade inusitada daquela defesa, com presenças igualmente inusitadas e plurais, favoreceu esse acontecimento que tornou mais porosas as fronteiras que infelizmente ainda separam universidade/comunidade. Uma ocupação cultural cedeu espaço a um ato formal acadêmico que transmutou o distanciamento e o formalismo padrão em espaço de aprendizado e trocas afetivas. Foi lindo!

Relembro esse fato para propor aqui uma reflexão no sentido inverso, ou seja, como transmutar a própria sala de aula, baluarte tradicional do ensino, em espaço de aprendizado e trocas afetivas, contaminado pelas diretrizes que orientam principalmente a extensão universitária? Como fazer da sala de aula, no âmbito das disciplinas, espaço de construção pedagógica colaborativa voltada à comunidade e às demandas sociais na mesma medida em que favoreça ensino e pesquisa? Como dar materialidade ao preceito constitucional da "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Artigo 207) partindo do próprio ambiente universitário no seio das disciplinas ofertadas em sala?

Muito se diz sobre o transbordamento da sala de aula para outros territórios. Mas como podemos também transbordar os conflitos territoriais e os modos de resistência dos movimentos sociais para dentro da sala de aula? É possível desbordar a sala de aula como espaço do ensino por excelência? Ensino aqui tomado em sentido estrito, numa perspectiva teórica por assim dizer. Como ocupar as salas de aula com as lutas e resistências territoriais dando concretude ao lema da revolta secundarista "ocupa tudo"?

Ocupar há tempos não é mais uma pauta para se debater, é uma demanda. Demanda de ação. Ação que acontece em rede, em diálogo sem jogos por poder. Ocupar é uma demanda de ação coletiva, que desenha outras possibilidades de futuro, de existir, de reexistir. Ocupar é uma demanda de ação para reescrever uma nova vida. Para reconstruir outras possibilidades de futuro. É uma guerrilha. Ocupar é um ato estético macro e micro político. A saída está escrita ao longo da nossa história: ocupar as escolas, as instituições, as galerias de arte, os cinemas, as ruas, as rádios, os hospitais, os centros culturais, os quartéis, as praças, as folhas do caderno, nossos corpos, os desejos, nosso pensamento, nossas vidas, nossas subjetividades, nosso tempo, nossa dedicação, nosso amor, nossas famílias, as paredes, as mesas, os móveis. Ocupar tudo! Ocupa tudo! Ocupa tudo! (Trecho da dramaturgia do espetáculo "Babylon Cabaret", Trupe Estrela, 2017).

Obviamente, não ousou formular uma resposta acabada a esses questiona-

mentos iniciais, mas refletir a partir dos acúmulos obtidos na minha experiência docente, em especial na disciplina de Formação em Extensão: "Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano" (código UNI 087), ofertada no segundo semestre de 2019, na Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG, dentro do Laboratório da Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos. Antes, porém, vale resgatar alguns ensinamentos do pensador baiano Anísio Teixeira em torno do que chamou de "escola comum", afinal, a disciplina em questão também tinha o conceito do comum como parte integrante do conteúdo programático.

ANÍSIO TEIXEIRA E A "ESCOLA COMUM"

Falar de comum no seio de uma instituição dura como a universidade implica necessariamente uma subversão da conduta científica esperada, inclusive quanto aos métodos pedagógicos adotados em sala e fora dela. A disciplina "Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano" não buscava somente expor as premissas e as possibilidades da atitude cartográfica na relação com as lutas territoriais, mas também ser um espaço de experimentação do método, no que diz respeito à conduta pedagógica adotada.

O método aqui denominado "ativismo cartográfico" também busca promover encontros produtivos entre comunidades e universidades, numa postura claramente política de subversão do fechamento institucional, com vistas ao levantamento de dados e informações que, no exercício da cartografia, possam ser úteis às resistências que almejam transformações na ordem política, econômica e social, dando concretude à universidade necessária e à Nova Escola que mobilizou pensadores (as) da educação, como Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Lúcia Monteiro Casasanta, Anísio Teixeira² etc.

Aprende-se melhor a pesquisar quando se sente a necessidade da pesquisa para agir em determinada realidade – quando a pesquisa se confunde com a experiência de vida, uma escola ativa, em suma. Nesse sentido, "todo ensino deve ser completado, ou melhor, integrado em uma atividade inteira, em que a operação de saber se confunda com a de agir" (TEIXEIRA, 1977). Daí a opção em levar para sala de aula as resistências que compõem o mapa da cartografia ativista do professor – no caso eu – mas também acolher as lutas em que estão envolvidas as pessoas participantes da disciplina, estudantes e ativistas sem vínculo com a universidade.

Nessa linha de pensamento, as teses sustentadas por Anísio Teixeira, ainda na primeira metade do século XX, estão mais atuais do que nunca. Teixeira

2 RIBEIRO, 1986; FREIRE, 2013; CASASANTA, 1961; TEIXEIRA, 1977.

defendeu até a morte a concepção de “nova escola pública”, também chamada “escola comum”. Para ele, escola e universidade deveriam romper com sua vocação elitista histórica para construir uma teoria educacional indissociável de um saber prático, a serviço das (os) trabalhadoras (es) comuns (PÔRTO Jr., 2012). Anísio Teixeira sempre associou o papel da escola e da universidade à construção de uma sociedade democrática e igualitária, partindo do entendimento de que o conhecimento se alcança junto, de modo interdependente e colaborativo, tendo como finalidade última a “transformação e reconstrução sociais”. Também, a partir dessas premissas, nutre-se o método ativista cartográfico.

Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início mostrar que indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma trans-ação com as coisas e pessoas e que o saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades, pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que, hoje, é sempre de grupos, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um. A escola deve ser agente da contínua transformação e reconstruções sociais, colaboradoras da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade de uma sociedade democrática (TEIXEIRA, 1956).

Os textos de Anísio Teixeira refletem a experiência de vida de um brasileiro visionário – duramente assassinado pela ditadura militar em 1971 – para quem a produção do saber deveria partir da inserção da escola/universidade nas comunidades, organizada em redes colaborativas, com uso sistemático dos novos recursos tecnológicos e dos meios audiovisuais, com vistas à promoção da cidadania e construção de uma sociedade democrática. A este respeito, vejamos o seguinte trecho escrito por Héglio Trindade, o qual cita o educador Anísio Teixeira que:

Após a analisar “o ‘arcaísmo’ da escola brasileira”, a “escola como formação do ‘privilegiado’” e a crise do “dualismo escolar”, sintetiza sua posição: “essa ‘educação comum’ não é só um postulado democrático mas um postulado do novo conceito de conhecimento científico, que se tornou comum às atividades intelectuais e de trabalho”. E salienta que, “entre nós, a despeito dessa evolução do conhecimento e das sociedades, as resistências aristocráticas da nossa história não permitiram que a escola pública, de educação comum, jamais se caracterize integralmente. Toda nossa educação se conservou seletiva e de elite” (TRINDADE, 2007).

Sobre os novos métodos para lidar com um novo mundo, o uso das tecnologias da informação e da comunicação, no curso do ativismo cartográfico,

por meio de instrumentos tecnopolíticos de registros, mapeamento, comunicação e diagramação, é possível simplificar dados e informações para esclarecer espacialmente os que vivem e produzem o território. Assim, esses podem compreender as relações de poder, os interesses antagônicos sobre o território, produzir mutuamente novas subjetividades (insurgentes), bem como conceber (em comum) novas formas de vida (RENA e BRUZZI, 2014).

(...)O uso tático e estratégico das ferramentas digitais para a organização e a comunicação, tendo a ação coletiva como conceito chave. Desde a perspectiva do sistema-rede, a tecnopolítica pode se redescrever como a capacidade das multidões conectadas, dos cérebros e dos corpos conectados em rede, para criar e automodular a ação conjunta. A tecnopolítica pode abarcar o ciberativismo à medida que se limita à esfera digital. Sem dúvida, em seu sentido pleno, tecnopolítica é a capacidade coletiva de utilização da rede para inventar formas de agir que podem partir do universo digital, sem, contudo, esgotar-se nele. (TORET; @DATANALYSIS 15M, 2013, apud LOPES; RENA; SÁ, 2020).

Como prognosticou Félix Guattari, "as mentalidades coletivas mudam e mudarão amanhã cada vez mais rápido", de tal modo que é preciso transformar a qualidade da produção dessa nova subjetividade na "finalidade primeira das atividades humanas" sem abrir mão de que "tecnologias apropriadas sejam postas a seu serviço" (GUATTARI, 1992).

Destaca-se aqui um ponto crucial do método que diz respeito à produção de subjetividade. Esta dimensão é central para o ativismo cartográfico que se abre para as forças e linhas que operam na realidade e afetam a subjetividade. Como veremos, as práticas corporais e o uso de jogos teatrais em sala de aula – no âmbito da disciplina a qual comento – se alinha à imperiosidade da produção de novas subjetividades na construção e partilha dos saberes.

O ativismo cartográfico se interessa pelo que escapa ao modo capitalista de subjetivação e de produção espacial, tendo em vista a importância que a dimensão da subjetividade tomou nos marcos do capitalismo pós-fordista. Também nesse aspecto, quanto à importância da dimensão subjetiva para além do plano material perseguido pela investigação científica padrão, Teixeira foi um visionário:

Somente será possível "espiritualizar" e "humanizar" a vida moderna, humanizando e espiritualizando a ciência, o trabalho e a organização social de nossos dias, senão para agora, para o mais ou menos próximo futuro. O divórcio entre o material e o espiritual é inconcebível, salvo como aspectos da mesma atividade geral, que é, simultaneamente, material e espiritual ou espiritual e material (TEIXEIRA, 1977).

O verbo "espiritualizar" é tomado aqui como produção de subjetividade inerente à produção do saber científico, dimensão assumida pelo ativismo car-

tográfico como pressuposto e motor da produção coletiva do conhecimento. Como consta na introdução da obra "Pistas do método da cartografia": "destituída de fundamentos invariantes, a prática cognitiva engendra concretamente subjetividades e mundos" (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009).

Nesse sentido, o exercício do ativismo cartográfico tem em vista a produção de novas subjetividades como imperativo imediato, derivado da nova configuração do capitalismo contemporâneo, o que também inspirou a disciplina em questão, acerca da qual vamos expor mais detidamente a seguir.

DISCIPLINA UNI 087 - ATIVISMO CARTOGRÁFICO, AUTOGESTÃO E O COMUM URBANO

Por que "Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano"?

Ativismo denota o compromisso com a luta pela transformação social, o vínculo com as resistências positivas contra o avanço do capital sobre nossas vidas e territórios, a defesa intransigente dos direitos humanos, em especial o direito à cidade. Aqui, vale considerar que o ativismo na contemporaneidade não se confunde mais com a atuação clássica dos movimentos sociais:

Desde a segunda metade do Século XX, os ciclos de luta vêm alterando suas geografias de resistência e contrapoder, transmutando, aos poucos (e com maior intensidade a partir dos anos 1990), de sistemas duros, militantes, arborescentes, centralizados e verticais, para sistemas fluidos, ativistas, rizomáticos, dispersos e horizontais, ou seja, das lutas em tempos de capitalismo fordista e industrial localizado nos ambientes de trabalho produtivo, para as lutas em tempos de capitalismo pós-fordista e pós-industrial localizados nas metrópoles: do chão de fábrica para as ruas; dos sindicatos que lutavam contra os patrões proprietários das fábricas para os movimentos ativistas urbanos que ocupam as praças; das lutas de classes envolvendo classe proletariada e burguesia para as lutas por direitos e reconhecimento identitário e cultural (NEVES, 2018).

Cartografia porque, para mim, a luta fundamental é contra colonialista. O colonizador branco ocidental moderno jamais teria aportado nessas terras não fossem os mapas. E o domínio biopolítico contemporâneo, com sua feição "neopolítica" (MBEMBE, 2018), cada vez mais explícita, segue a lógica do controle via mapeamento (físico-territorial, afetivo, subjetivo etc.). De igual modo, cabe-nos também resistir pela re-apropriação dos mapas, não para fins de representação estática mas sim para criar novos agenciamentos, fugas, conexões, redes insurgentes etc. Em resumo, como cartografar de modo contra colonialista? Eis a questão central que permeia a disciplina em comento.

A Cartografia, enquanto corpo disciplinar acadêmico e científico, tem seu desenvolvimento atrelado ao processo de eurocentramento do mundo, num período histórico conhecido como Modernidade. Seu desenvolvimento foi também, portanto, associado ao estabelecimento de uma ordem e à afirmação de hegemônias em relações de poder, o que a tornou historicamente um instrumento de dominação e controle. (...). No período recente, entretanto, um conjunto cada vez maior de experiências vem indicando transformações (ou, ao menos, tendências) no campo da cartografia. Diversas experiências de cartografias vinculadas a movimentos sociais vêm mostrando que parece haver algo novo no campo. O "novo" parece ser o uso da cartografia como instrumento de lutas de grupos socialmente desfavorecidos e não apenas um instrumento de dominação, como historicamente foi desenvolvida a Cartografia Moderna (SANTOS, 2011).

Autogestão porque resistir é construir autonomia, produzir dentro-fora da lógica imperial colonialista dominante, forjar relações não mediadas pelo capital. Autogovernar-se e fortalecer experiências que traduzem outros modos de vida no seio do capitalismo, produzindo novas subjetividades e alimentando a utopia de outros mundos possíveis. Nesse sentido, nas cidades, a luta pelo comum urbano ganha centralidade e se abre como possibilidade de confluência das resistências positivas frente ao Estado-capital e seu domínio biopolítico.

A pesquisa cartográfica em torno do comum já me acompanhava desde o mestrado, quando defendi a dissertação "O comum no horizonte da metrópole biopolítica":

Desde a minha perspectiva, além da atuação nas resistências contra grandes projetos urbanos como foi o caso da operação urbana Nova BH, por exemplo, a participação como ativista-advogado nos protestos, nas ocupações de sem-teto, na Praia da Estação, nos blocos de carnaval de rua, no Espaço Comum Luiz Estrela e outros territórios insurgentes da cidade, trouxe uma reflexão viva e imanente quanto à pertinência do comum como horizonte de luta contra o domínio do privado (mercado), para além do público (Estado). O comum, por sua vez, para além da dimensão substantiva dos bens comuns materiais e imateriais, o comum enquanto verbo, a forma de uma atividade, o fazer-comum, traz consigo, indissociadamente, os princípios que perpassam as lutas travadas pela multidão metropolitana e que também orientam a copesquisa cartográfica, tais como a autonomia, a cooperação, a horizontalidade, a abertura, a criatividade, a produção de afetos e subjetividades, o profundo desejo de democracia real (MAYER, 2015).

A disciplina "Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano" reflete, assim, a continuidade de uma pesquisa iniciada nos idos de 2013. Essa tinha como ementa o seguinte texto:

Disciplina sobre o método da cartografia ativista, aberta a estudantes universitários e ativistas (vagas isoladas), com o objetivo de conectar e produzir saberes no encontro entre academia e experiências territoriais de autogestão em Belo Horizonte. A disciplina adota uma perspectiva contra colonizadora inspirada no pensamento quilombista de Antônio Bispo dos Santos, com uso de ferramentas cartográficas e tecnopolíticas, em um espaço horizontal e colaborativo de produção e troca de conhecimento. Almeja-se, ainda, colaborar com as resistências positivas que irão fazer parte dos estudos da disciplina, a saber: 1) Espaço Comum Luiz Estrela; 2) Parque Jardim América; 3) Mofuce / Associação Casa do Estudante; 4) Kasa Invisível; 5) Tina Martins; e 6) Ocupação Dandara. Serão realizados exercícios cartográficos, visitas in loco, rodas de conversa, produção de mapas afetivos, linhas do tempo, registro áudio visual etc., além do estudo e debates em torno do marco teórico proposto, especialmente do método da cartografia ativista no contexto do urbanismo neoliberal. Por fim, na primeira meia hora de todas as aulas serão realizados jogos teatrais (teatro do oprimido) e práticas de consciência corporal, afinal, o primeiro território é o corpo.

Os objetivos da disciplina eram assim descritos:

- Realizar o estudo prático e teórico acerca do método da Cartografia Ativista a partir de resistências positivas e experiências de autogestão no espaço urbano;
- Contribuir com a produção gráfica, audiovisual, mapas, linhas do tempo, compilação de dados e documentos afetos às resistências positivas trabalhadas em sala de aula;
- Demonstrar como o capital atua na produção do espaço nas cidades brasileiras (parcerias público-privadas, grandes projetos urbanos etc.) e como coletivos e movimentos atuam resistindo a estes processos de neoliberalização do espaço na contemporaneidade;
- Realizar estudo, debates e produção teórica em torno do tema da autogestão e do comum urbano a partir de experiências concretas;
- Realizar exercícios corporais e jogos teatrais preparatórios todo início de aula como forma de experimentar outras metodologias para produção do saber, de modo colaborativo e horizontal, com o corpo em estado de presença.

Como se vê na descrição do primeiro objetivo, até o início das aulas o método tinha o nome "Cartografia Ativista". Tal nome foi posteriormente invertido para "Ativismo Cartográfico", em comum acordo com as(os) estudantes em sala, de modo a colocar em primeiro lugar e dar maior ênfase à conduta ativista, isto é, ao compromisso com a luta, tomando a cartografia como ferramenta colocada à disposição do engajamento pela transformação social.

Tendo como premissa que as formas de apropriação do espaço também determinam as relações e hierarquias sociais, decidimos fazer as aulas semanais em círculo, muitas vezes sentadas(os) no chão mesmo – configuração em

roda na qual todas as pessoas presentes podiam se olhar nos olhos. A opção pela circularidade da disposição espacial em sala, em oposição às fileiras tradicionais de estudantes com professor posicionado de pé à frente, também se inspira na crítica que Nego Bispo faz à linearidade e à verticalidade do pensamento sintético colonialista monoteísta cristão, contra o qual se opõe a circularidade da vida, do pensamento e da cultura dos povos politeístas da diáspora negra. Bispo, que foi uma das principais referências ao longo da disciplina, toma como exemplo a Capoeira e as giras nos terreiros de Candomblé para ilustrar a circularidade encontrada nas culturas afro-brasileiras (SANTOS, 2015).

Outro acordo comum em sala foi a realização de exercícios corporais e jogos teatrais em todas as aulas, sempre na primeira hora dos nossos encontros. Como descrito na ementa da disciplina, o corpo é o nosso primeiro território, então sempre dedicamos um tempo da aula ao trabalho corporal, o que foi muito bem avaliado pelas(os) estudantes ao final da disciplina.



Figura 2 - Exercício em sala de aula. Foto da estudante Raquel Rodrigues.

Fazíamos primeiro exercícios de respiração e alongamento. Na sequência, jogos teatrais de aquecimento, contato, improvisação e jogos de Teatro do Oprimido³ adaptados às temáticas da disciplina, jogos de desmecanização do corpo, também jogos que proporcionam reflexões críticas e leituras compartilhadas a partir das referências bibliográficas propostas. Ao final desses momentos, enquanto desaquecíamos os corpos, alguns minutos eram dedicados a refletir sobre os exercícios e jogos praticados.

O tempo dedicado ao trabalho de corpo refletia em maior produtividade reflexiva e participativa ao longo da aula, consciência corporal, atenção e es-

³ O Teatro do Oprimido é um método mundialmente conhecido, cujo objetivo é analisar e representar a opressão para buscar compreender seus mecanismos de funcionamento e para lutar por sua superação (SANTOS, 2018).

tado de presença. Isso também resultava em mais motivação para os debates em sala e fortalecia os laços de confiança e amizade entre as(os) estudantes. Foram muitos os encontros em que não houve intervalo para o café, tamanho o envolvimento nos debates e rapidez com que o tempo de aula passava, das 19 às 22 horas.

No primeiro encontro da disciplina, logo após a prática corporal com exercícios e jogos de apresentação das pessoas, fizemos uma cartografia das(os) estudantes, situando-os no quadro-mapa a partir do local de moradia, formação acadêmica, áreas de pesquisa, engajamentos e interesses. Foi fundamental para o direcionamento da disciplina situar cada estudante cartograficamente, gerar linhas de aproximação e afinidade, levantar as lutas e movimentos sociais em que cada pessoa estava envolvida, ampliando a interação dialógica entre todos.

Além das resistências que faziam parte da minha cartografia e que iriam ser trabalhadas ao longo da disciplina, conforme ementa do programa prévio transcrito acima, outras lutas em que havia estudantes envolvidos foram inseridas no programa, tais como a ocupação Pátria Livre, organizada pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, e as lutas ligadas ao movimento agroecológico na cidade.

Importante destacar também o uso do método de "Programa em processo", a partir do qual as(os) estudantes participavam da construção do programa ao longo da própria disciplina, construindo de forma coletiva o conteúdo das aulas por meio de um documento aberto no drive de e-mail. Houve, assim, uma tessitura colaborativa dos conteúdos e das discussões realizadas em sala, de modo que muitas referências teóricas e artísticas foram compartilhadas pelas(os) próprias(os) estudantes. Após as aulas, em algumas situações, estudantes se dispunham a elaborar um relato do encontro para compartilhar por e-mail para todas as pessoas, inclusive as que não puderam comparecer presencialmente, mas que acompanhavam dessa forma o andamento dos trabalhos e as referências artísticas e teóricas indicadas para leitura.

Dentre as principais referências utilizadas em sala de aula, cumpre destacar as(os) seguintes pensadoras(es), eleitos a partir de um critério contra colonialista: Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Antônio Bispo dos Santos, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Bell hooks, Suely Rolnik, Paulo Freire, Peter Pál Pelbart, Djamila Ribeiro, Mameu Muiandê, Makota Kidoiale, Luiz Henrique Eloy Terena, Ailton Krenak, Noa Cykman, Paola Berenstein, Vladimir Safatle e muitas outras referências no campo das artes.

Todas essas pessoas podem ser situadas, cada uma a seu modo, dentro de um campo de produção de saberes "contra colonialista" (SANTOS, 2015), formando um "ebó epistemológico", como nos ensina Luiz Rufino em seu livro "Pedagogia das Encruzilhadas" (2019), que só não entrou no programa da disciplina por ter sido lançado posteriormente.

Essa estratégia de luta [tática de guerrilha do conhecimento] tem como principal meta atacar a supremacia das razões brancas e denunciar seus privilégios, fragilidades e apresentar outros caminhos a partir de referenciais subalternos e do cruzo desses com os historicamente dominantes. A estratégia da Pedagogia das Encruzilhadas, como guerrilha epistêmica, é seduzi-los para que eles adentrem o mato. Lá, ofereço a todos uma casa de caboclo" (RUFINO, 2019).

Alinhado a esse autor, entendo que "os efeitos do colonialismo afetam os modos de educação praticados na sociedade brasileira" de maneira hegemônica, o que nos cobra enquanto educadoras(es) praticar uma "uma educação que precisa se deseducar do cânone" (RUFINO, 2019), dando prevalência para outros saberes tradicionalmente rejeitados pela lógica colonialista (epistemicídio).

Nesse sentido, recordo-me de um dos debates realizado em sala de aula em torno das entrevistas dadas pela Mãe Efigênia, Mametu Muiandê, e sua filha Cássia Cristina, Makota Kidoiale, do quilombo urbano Manzo, entrevistas que foram publicadas juntas pela revista *Piseagrama* (2018). Ambas nos revelam muito mais elementos estruturais e sutis da lógica perversa de segregação e de produção do espaço na metrópole do que qualquer artigo consagrado pelos cânones do urbanismo crítico brasileiro. Houve consenso sobre a riqueza dessas entrevistas, isso em uma turma com muitas pessoas do curso de Arquitetura e Urbanismo. O mesmo vale para a obra "Becos da memória" (2017), da escritora mineira Conceição Evaristo, escrevivência poética e cortante que nos revela a violência do processo de "desfavelização" empreendido pelo poder estatal, articulado com o capital, em desfavor dos pobres urbanos.

Os encontros semanais da disciplina eram organizados assim: primeiro o trabalho corporal, no máximo uma hora de duração. Depois, debate em roda sobre os textos selecionados na aula anterior. Nesta parte, uma ou duas pessoas ficavam responsáveis por conduzir a discussão. Na sequência, trabalhávamos na cartografia das resistências, compartilhando suas memórias, contradições, conquistas, desafios, conjuntura atual e como poderíamos contribuir, extrapolando o espaço da sala de aula.

Dessas cartografias encaminhamos a realização de rodas de conversas nos territórios⁴. Fizemos duas dessas rodas que foram gravadas em áudio: uma no Espaço Comum Luiz Estrela, no fim de outubro, por ocasião do Festival de Primavera o qual comemorou 6 anos dessa ocupação cultural; e outra no Quilombo Souza, em Santa Tereza, aproveitando o Dia da Consciência Negra – 20 de novembro.

4 A Roda de Conversa vem sendo desenvolvida, no âmbito do grupo de pesquisa Indisciplinar, como dispositivo oral de investigação, com a finalidade de estabelecer diálogos entre pesquisadores e movimentos de naturezas diversas: culturais, ativistas, militantes e de ocupação, ou seja, insurgências populares que eventualmente possuem filiações ou bases estéticas e políticas distintas, ou divergentes. Ao contrário dos questionários semiestruturados e entrevistas, a ideia tem sido experimentar uma forma de produção coletiva mais polifônica, horizontal e colaborativa, que evidencie as vozes dos respectivos atores participantes (RENA et al. 2016).



Figura 3 - Atividade Kilombo Souza. Foto: Raquel Rodrigues.



Figura 4 - Dia da Consciência Negra no Kilombo Souza. Foto: Raquel Rodrigues.



Figura 5 - Atividade no Espaço Comum Luiz Estrela. Foto: Raquel Rodrigues.

Foram dois momentos marcantes da disciplina, com muitas trocas e aprendizados implicados nos respectivos territórios.

As educações em curso na sociedade brasileira são plurais, assim, existem modos conservadores, mantenedores de desigualdades, redutores da complexidade do mundo, violentos, irresponsáveis, modos os calçados no pilar da política colonial. Ao mesmo tempo outras possibilidades, outros modos, emergentes, transgressivos, inconformados, rebeldes e comprometidos com a libertação (RUFINO, 2019).

Também organizamos rolezinhos de bicicleta pelas ocupações e uma roda de conversa em sala de aula com as presenças de Maria Merighella (BA) e Nego Bispo (PI). Houve ainda um encontro bastante proveitoso no Espaço Comum Luiz Estrela com o filósofo Peter Pál Pelbart⁵ (SP) – por mim organizado. Em todas essas atividades, os debates iam do micro ao macropolítico, buscando superar a falsa separação entre tais dimensões.

⁵ A palestra e o debate com Peter Pál Pelbart pode ser visto no canal do Espaço Comum Luiz Estrela, no Youtube, pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=uvn6UrFhm14>. Acesso em 26 de julho de 2020.



Figura 6 – Rolezinho pelas ocupações. Foto: Raquel Rodrigues.

Minha pesquisa e meu vínculo com as ocupações no âmbito do ativismo cartográfico me conduziram à necessidade de refletir sobre a superação dessa falsa dicotomia na minha opinião entre micro e macro. Como se essas resistências – as ocupações de moradia, culturais, o Parque Jardim América, o Kilombo Souza, e tantas outras –, como se essas lutas estivessem em um campo estritamente micro. Ora, o que eu percebo é que essas lutas podem sim transbordar a escala local, a chamada dimensão micropolítica e afetar outros níveis, outras escalas que, a princípio, estariam na dimensão macropolítica. Destaco esse tema por ter sido bastante debatido em sala de aula.

Tudo se perde quando se reivindica o local contra o global. O local não é a alternativa tranquilizante à globalização, mas seu produto universal: antes de o mundo ter sido globalizado, o lugar onde moro era apenas o território familiar, ninguém o reconhecia como "local". O local não é mais do que o reverso do global, seu resíduo, sua secreção, e não aquilo que pode fazê-lo explodir. Nada

era local antes de poder ser arrancado daí a qualquer momento, seja por razões profissionais, médicas ou de férias. O local é o nome da possibilidade de uma partilha, combinada à partilha de uma despossessão. É uma contradição do global, à qual podemos ou não dar consistência. Cada mundo singular surge agora pelo que é: uma dobra no mundo, e não seu exterior substanciado. Encaminhar lutas como as do Vale de Susa, de Calcídica ou dos Mapuche, que recriaram um território e um povo com uma aura planetária, para a categoria enfim insignificante de "luta local" – do mesmo modo que há uma "dinâmica local" simpaticamente folclórica – é uma clássica operação de neutralização. Para o Estado, com o pretexto de que esses territórios estão situados em suas margens, trata-se de marginalizá-los politicamente. Quem, fora o Estado mexicano, ousaria qualificar a insurreição zapatista e a aventura que se seguiu como "luta local"? E no entanto haverá algo mais localizado do que essa insurreição armada contra os avanços do neoliberalismo, que inspirou até um movimento de revolta planetária contra a "globalização"? (COMITÉ INVISÍVEL, 2016).

É evidente que a articulação, a conexão e as reverberações desses processos não se reduzem estritamente ao local. Elas não só podem inspirar outros processos, outras lutas – como exemplo concreto, tínhamos na disciplina a Kasa Invisível⁵, ocupação cultural que tem o Espaço Comum Luiz Estrela como fonte de inspiração e precedente muito importante no processo de negociação e luta – mas também alcançar outras dimensões para além da articulação no nível das resistências.

Debatemos muitos outros exemplos e reverberações, e também a entrevista transformada no texto "A hora da micropolítica" (2015), da Suely Rolnik, que traz boas pistas para esse tema. Na verdade estou cada vez mais convicto de que essa separação micro e macro precisa ser superada em favor da ação direta prioritariamente na escala dos corpos e subjetividades em resistência.

O imaginário das esquerdas não abarca a dimensão micropolítica, e, sendo assim, não tem como decifrar a estratégia de poder do capitalismo financeirizado globalitário, e muito menos combatê-lo (ROLNIK, 2015).

Ademais, como foi na Primavera Árabe, um evento, um episódio, um estopim, ou um aumento de vinte centavos pode ter repercussões e reverberações macropolíticas que nossa imaginação não alcança. Isso fortalece a aposta em torno dessas resistências, porque, afinal, como sempre sustentaram os zapatistas no México, a transformação será "desde abajo", desde aqueles e aquelas que constroem outras formas de viver e produzir, se relacionar e enfrentar, como diriam os zapatistas, "os maus governos".

5 Curiosamente, sem ligação direta, há um centro sócio cultural com o nome Casa Invisible, em Málaga, na Espanha, também fruto de uma ocupação organizada por ativistas anarquistas e autonomistas onde, dentre outros espaços, também foi gestado o 15M espanhol.

Durante a disciplina, os debates em torno das resistências territoriais conduziam inevitavelmente a discussões sobre questões mais amplas, especialmente quanto ao urbanismo neoliberal e seus modos de produção do espaço e desterritorialização dos pobres urbanos. O planejamento estratégico próprio da "cidade-empresa" também foi objeto de muita discussão, bem como as táticas de enfrentamento dos movimentos de resistência e ocupação do espaço público na cidade. Foram muitas trocas, aprendizados e envolvimento da turma com as lutas que perpassaram nossos encontros em sala de aula.

Ao longo da disciplina, também fizemos dois importantes momentos de avaliação coletiva do processo – um no meio do curso, e outro na última aula. A avaliação coletiva é sempre indispensável aos processos educativos, na minha opinião, não apenas ao final mas também no decorrer dos trabalhos para, assim, possibilitar ajustes e calibrações dos encontros. Além disso, o caráter colaborativo e horizontal da disciplina tornou as(os) estudantes corresponsáveis pelo bom andamento dos trabalhos. No geral, as metodologias e atividades propostas foram positivamente avaliadas, com destaque para o trabalho corporal sempre no início das aulas e as rodas de conversas realizadas nos territórios, fora do espaço acadêmico.



Figura 7 - Atividade na ocupação Kasa Invisível. Foto: Raquel Rodrigues.



Figura 8 - Atividade Kilombo Souza. Foto: Raquel Rodrigues.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das últimas eleições presidenciais, fui a uma Casa de Fraternidade buscar amparo espiritual e acalmar o coração angustiado com a política nacional. Estava "chorando as pitangas" com uma Senhora Preta Velha, falando das minhas preocupações com o futuro do país, quando ela delicadamente apoiou as mãos sobre meus ombros e disse bem calma, com toda sua sabedoria ancestral: "Preocupa não meu filho, vai ficar tudo tranquilo. Bom que agora tá tudo aí na cara do povo". Saí do Terreiro bem leve.

Desde então, frequentemente me recordo aquelas palavras de conforto e tranquilidade. Porém, outras perguntas surgem do consolo oferecido pela Preta Velha: se está tudo na cara do povo, porque ainda não vemos reação? Se as máscaras do colonialismo caíram, como incendiar a Casa Grande? Como rebelar-se contra as estruturas do poder colonialista cuja crueldade bossal jamais foi tão explícita? Por que persiste esse fosso abissal entre explicitar a perversidade colonialista e reagir contra ela? É possível que as reações estejam sendo forjadas no nível micropolítico. Creio nisso, mas não vislumbrar alternativas coletivas mais amplas no horizonte nos coloca essa responsabilidade histórica: ousar, lutar, criar "inéditos viáveis", para resgatar Paulo Freire e sua pedagogia das(os) oprimidas(os).

É que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isso alienante, a radicalização é crítica, por isso libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens [e as mulheres] fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva.

A sectarização, porque mítica e irracional, transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada.

Parta de quem parta, a sectarização é um obstáculo à emancipação dos homens [e das mulheres]. Dai que seja doloroso observar que nem sempre o sectarismo de direita provoca o seu contrário, isto é, a radicalização do revolucionário (FREIRE, 2013).

E é doloroso mesmo, sobretudo na conjuntura atual de pandemia COVID-19 em que a sectarização mítica e irracional de direita se faz tão explícita. Como fazer? Faz-se urgente e necessário resgatar a radicalidade criativa em oposição à sectarização tão bem representada no presente pelo poder central colonialista patriarcal dirigido pelo "mito".

Faço minhas melhores apostas na educação popular (dentro e fora da sala de aula), no engajamento comunitário, nos processos de conscientização proporcionados nas lutas cotidianas, nos mutirões, nas resistências positivas em defesa dos territórios, mas também nas salas de aula, como espaços de produção e trocas de saberes implicados com a realidade social dada, nas demandas da comunidade, rumo à "escola comum" preconizada por Anísio Teixeira. A realidade atual tem sido extremamente desafiadora, o que nos cobra cada vez mais atitude e responsabilidade para com a emancipação do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CASASANTA, Lúcia Monteiro. As Mais Belas Histórias: Prê-Livro, Parte do Mestre. Editora do Brasil, 1961.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

KIDOIALE, Makota; MUIANDÊ, Mametu N'Kise. Senzala, terreiro, quilombo. PI-SEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 52 - 61, 2018.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. VIRUS, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 28 Abr. 2020.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. O comum no horizonte da metrópole biopolítica. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n. 1 edições, 2018.

NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In Raquel Rolnik (org.), et al. Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, São Paulo: FAUUSP, 2018

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Darcy. O livro dos Cieps. Rio de Janeiro. Bloch. 1986.

RENA, N.; BRUZZI, P. As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão. In CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe (Org.). Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

RENA, Natacha; MAYER, Joviano; NEVES, Bernardo; ALVES, Josiane. Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as jornadas de junho

e depois. In Revista Indisciplinar. n. 3, v. 2, dezembro, 2016.

ROLNIK, Suely. A hora da micropolítica. Série Pandemia. São Paulo: n. 1 edições, 2015.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas, Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Bárbara. Percursos estéticos: imagem, som, ritmo, palavra - abordagens originais sobre o Teatro do Oprimido. São Paulo: Padê editorial, 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011, Costa Rica II Semestre, 2011.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Os processos democráticos da educação nos diversos graus do ensino e na vida extraescolar, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 62, abr./jun. 1956.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Educação e o Mundo Moderno. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TRINDADE, H. Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Red de investigadores sobre educación superior, 2007.

Data de submissão: 29/04/2020

Data de aceite: 10/06/2020